



MUNICÍPIO DE ARMAMAR

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º 03MUNAMM24

CONSULTA PRÉVIA

CONVITE

JANEIRO 2024



ÍNDICE

1. Identificação do procedimento	3
2. Entidade adjudicante	3
3. Órgão que tomou a decisão de contratar	3
4. Fundamento da escolha do procedimento	3
5. Modo e prazo de apresentação da proposta	3
6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento	4
7. Documentos e elementos que constituem a proposta	4
8. Apresentação de propostas variantes	5
9. Caução para garantir o cumprimento de obrigações	5
10. Documentos de habilitação	5
11. Negociação	6
12. Critério de adjudicação	7
13. Assinatura eletrónica	7
14. Legislação aplicável	8
15. Lista de anexos	8
ANEXO I	9
ANEXO II	11
ANEXO III	12
ANEXO IV	13



CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. Identificação do procedimento

O presente procedimento segue a tramitação da consulta prévia, nos termos dos artigos 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP»), sendo designado por “aquisição de bens móveis para obras por administração direta”, em regime de fornecimento parcelar e contínuo.

O presente procedimento compreende os seguintes lotes:

- a) Lote 1: fornecimento de pó de pedra, gravilha, rachão e tout-venant;
- b) Lote 2: fornecimento de cimento;
- c) Lote 3: fornecimento de massa betuminosa;
- d) Lote 4: fornecimento de areias;
- e) Lote 5: fornecimento de blocos, barras de ferro, tijolos, manilhas e outros.

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o município de Armamar, pessoa coletiva pública n.º 506 843 190, sita na Praça da República 5110-127 Armamar, com o telefone n.º (+351) 254 850 800 e endereço eletrónico geral@cm-armamar.pt

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar consta no despacho emitido pelo presidente da Câmara Municipal, António Manuel Almeida Rego da Silva, ao abrigo do disposto na alínea a), n.º I do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação.

4. Fundamento da escolha do procedimento

O presente convite é efetuado ao abrigo da consulta prévia, de acordo com o disposto na alínea c), n.º I do artigo 20.º do CCP.

5. Modo e prazo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.



A proposta deve ser apresentada diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/> até às 17h00 do 15.º dia contado da data de envio do convite.

A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.

Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida anteriormente.

O prazo para apresentação da proposta é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do órgão competente para a decisão de contratar, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7. Documentos e elementos que constituem a proposta

As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos e elementos:

1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP, e que constitui o Anexo I do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
2. Declaração na qual indique os dados de informação geral do concorrente, utilizando o formulário constante do Anexo II ao presente convite, que deve ser enviado num ficheiro com extensão tipo “xls”;
3. Proposta, que deve conter a indicação dos lotes a que concorre e dos preços unitários dos artigos que constituem os lotes a que concorre, bem como a identificação dos lotes que o concorrente prefere, por ordem de preferência, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao presente



convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

4. Ficha técnica dos produtos a fornecer;
5. Certidão permanente e se aplicável procuração;
6. Quaisquer outros documentos que o(s) concorrente(s) considere(m) relevantes, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, para melhor esclarecimento dos atributos da(s) proposta(s).

Os preços não incluem IVA e são indicados em euros e em algarismos, até duas casas decimais.

A proposta mencionará expressamente que aos preços acresce IVA à taxa legal em vigor.

Os concorrentes ficam obrigados a manter a sua proposta durante o período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega.

Não é permitida a apresentação de proposta com alterações das cláusulas do caderno de encargos.

Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta são suportados integralmente pelo concorrente.

8. Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

9. Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

10. Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao CCP, e que constitui o Anexo IV do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;



- b) Certidão contributiva a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a segurança social (certidão contributiva) em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão tributária a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Comprovativo do registo central de beneficiário efetivo, nos termos do n.º I do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- e) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva (empresa) e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- f) Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar (certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores ou, no caso de não estar inscrito, certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, com todas as inscrições em vigor ou, documento equivalente);

Os documentos identificados no presente ponto devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>
Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º I do artigo 115.º do CCP.

11. Negociação

Não haverá lugar a negociação das propostas.



12. Critério de adjudicação

Nos termos da alínea b), n.º I do artigo 74.º do CCP, a adjudicação é feita por lote e de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, determinada pela avaliação do preço mais baixo, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Para apuramento do preço mais baixo, somar-se-ão os preços unitários (propostos) de todos os artigos que constituem o lote. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos seguintes, será adjudicada a proposta que apresente o somatório de preços mais baixo.

Os concorrentes podem apresentar proposta de preço a todos os lotes, porém só serão adjudicados no máximo dois lotes por fornecedor.

Quando da aplicação do critério de adjudicação se verifique que o concorrente vence um número de lotes superior ao máximo fixado, a atribuição dos lotes a adjudicar, far-se-á de acordo com a ordem de preferência indicada na proposta do concorrente (de acordo com o teor do documento exigido no n.º 3 do ponto 7 do presente convite).

Em caso de empate, será adjudicada a proposta que apresente o menor número de dias para a entrega dos bens objeto do contrato. Se ainda assim permanecer o empate, será realizado sorteio, conforme dispõe a alínea c) do n.º 5 do artigo 74.º do CCP.

13. Assinatura eletrónica

Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).



A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

14. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.

15. Lista de anexos

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP.

Anexo II - Informação geral do concorrente.

Anexo III- Modelo de declaração a que se refere o n.º 3 do ponto 7 do convite.

Anexo IV - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP]

1 — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a)
- b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos



comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º I e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



[a que se refere n.º 2 do ponto 7 do presente convite]

ANEXO II

Informação geral do concorrente

I. Identificação do concorrente (se agrupamento, identificação do representante do agrupamento)

Denominação Social:	<input type="text"/>	1
Morada (Sede Fiscal):	<input type="text"/>	2
Localidade:	<input type="text"/>	3

Código Postal: <small>mmmm-aaaa-localidade</small>	<input type="text"/>	4	Concorre em Agrupamento: <input type="text"/> 12																														
País: Portugal	<input type="text"/>	5																															
NIPC:	<input type="text"/>	6																															
Capital Social:	<input type="text"/>	7																															
Matrícula Cons. Reg. Comercial de:	<input type="text"/>	8																															
Sob o Número:	<input type="text"/>	9	(Se seleccionou "Sim", indique as NIPC's associadas:) <table border="1"> <thead> <tr> <th>Denominação</th> <th>NIPC</th> <th>Função no Agrupamento</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>	Denominação	NIPC	Função no Agrupamento																											
Denominação	NIPC	Função no Agrupamento																															
CAE N.º:	<input type="text"/>	10																															
Região (NUTS II):	<input type="text"/>	11																															

3. Identificação dos órgãos sociais

[illegible]

4. Dados de contacto para o procedimento pré-contratual

Responsável de contacto:		13
Cargo do responsável:		14
Contacto telefónico:		15
E-mail:		16

5. Dados de contacto para a gestão do contrato

Responsável de contacto:		17
Cargo do responsável:		18
Contacto telefónico:		19
E-mail:		20



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere o n.º 3 do ponto 7 do convite]

..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal da..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento dos termos e condições previstos no Convite e Caderno de Encargos, obriga-se a fornecer os bens respeitantes ao(s) lote(s) n.º..... [lotes a que concorre] que constituem o objeto do contrato, garantindo ao longo do período contratual os seguintes preços unitários, até perfazer o preço contratual dos lotes a que concorro:

[copiar mapa de quantidades dos lotes a que concorre e indicar os preços unitários]

Aos preços apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor.

Declara ainda que pretende a adjudicação dos lotes de acordo com a seguinte ordem de preferência:

1.º Lote n.º

2.º Lote n.º

3.º Lote n.º

4.º Lote n.º

5.º Lote n.º ...

O prazo de entrega dos bens objeto do contrato é de... [indicar o número de dias, que deve respeitar o prazo referido na cláusula n.º 7 do Caderno de Encargos]

..... (local), (data), [assinatura].



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP]

1 — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

O Presidente da Câmara Municipal,
(assinado digitalmente)

